



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO  
CNPJ Nº 06.460.018/0001-52

DECRETO Nº 10 DE 12 DE MARÇO DE 2021.

**“DISPÕE SOBRE O ISOLAMENTO SOCIAL E ESTABELECE MEDIDAS PREVENTIVAS DIRECIONADAS A EVITAR A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO**  
– **ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Constituição da República Federativa do Brasil,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 30, I e II, da Constituição Federal (CF/88);

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 23, II, da Constituição Federal (CF/88);

**CONSIDERANDO** a declaração pública de situação de pandemia em relação ao novo *coronavírus* pela Organização Mundial de Saúde-OMS em 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, da mesma OMS, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, veiculada pela Portaria n. 188/GM/MS, em 4 de fevereiro de 2020;

**CONSIDERANDO** o previsto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo *coronavírus*;

**CONSIDERANDO** que o grupo de risco para infecção pelo novo *coronavírus* – *covid19* compreende pessoas idosas, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio;

**CONSIDERANDO** que que o Brasil está vivendo, uma nova onda de contágios que se baseia na evolução da taxa de reprodução (Rt) do *coronavírus* no país, que indica que a pandemia voltou a crescer;

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição Federal (CF/88);

**CONSIDERANDO** a necessidade de estrito controle social precoce para contenção da disseminação da *Covid19*;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO**  
**CNPJ Nº 06.460.018/0001-52**

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica estabelecido, no período de 15 a 31 de março de 2021, o “toque de recolher” no Município de São Luís Gonzaga do Maranhão, ficando proibida, todos os dias da semana, das 20:00h às 05:00h, a circulação de pessoas em ruas e espaços públicos, salvo em função de serviços de entrega, em razão do exercício da advocacia na defesa da liberdade individual e para o deslocamento para o exercício de atividades essenciais.

**Parágrafo Único.** Das 19:00h às 05:00h do dia seguinte, todos os dias, fica proibida a utilização de espaços públicos, tais como praças, quadras esportivas e as margens do rio.

**Art. 2º** - Permanece obrigatório, no município de São Luís Gonzaga do Maranhão, a utilização de máscaras de proteção à saúde por todos aqueles que, independentemente do local de destino ou naturalidade, ingressarem no território municipal, assim como por aqueles que aqui residem e precisarem sair de suas residências, ficando excepcionado dessa vedação:

I – As pessoas com quaisquer deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica;

II – As crianças com menos de 03 (três) anos de idade;

III – Aqueles que utilizando máscara de proteção, estiverem sentados à mesa de estabelecimento para alimentação fora do lar e tiver de retirá-la exclusivamente durante a consumação.

**Art. 3º** - Fica expressamente vedada a aglomeração de pessoas em quaisquer serviços essenciais públicos ou privados, bem como em calçadas, ruas, praças ou aparelhos públicos.

**Art. 4º** - Ficam suspensas as atividades presenciais, no mesmo período que trata o artigo 1º deste Decreto, das seguintes atividades e quaisquer festividades que impliquem em aglomeração, notadamente:

I – O comércio ambulante ou em banca/estrutura provisória de bebidas alcoólicas;

II – O funcionamento de bares e clubes;

III – Festas e eventos de qualquer tipo, em estabelecimentos em ambientes fechados e abertos;

IV- O funcionamento dos equipamentos de som automotivo, popularmente conhecidos como paredões de som e equipamentos portáteis sonoros, nas vias, praças, rio e demais logradouros públicos no âmbito do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão;

V – O consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos, como praças, calçadas, calçadas, vias, box e relacionados, devendo ser consumida apenas enquanto o cliente estiver sendo atendido na mesa e nos limites do restaurante;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO**  
**CNPJ Nº 06.460.018/0001-52**

VI – Eventos esportivos como peladas, torneios e campeonatos de quaisquer modalidades esportivas;

VII - Eventos e reuniões presenciais em geral, inclusive religiosas, em recintos fechados ou abertos; e,

VIII - academias de ginástica em recintos fechados ou abertos.

**Parágrafo único** – Nos dias de domingo, durante todo o dia, no mesmo período que trata o artigo 1º deste Decreto, fica proibido o funcionamento de quaisquer atividades comerciais não essenciais, notadamente:

I – Mercarias;

II – Feiras livres;

III – Empresas/comércios familiares.

**Art. 5º** - Ficam suspensas, ainda, de 15 a 31 de março de 2021, as atividades presenciais dos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Municipal, ressalvadas as desenvolvidas pela:

I – Gabinete do Prefeito;

II – Secretaria Municipal de Saúde;

III - Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV – Vigilância Sanitária;

V – Procuradoria-Geral do Município; e,

VI – Guarda Municipal.

**Parágrafo único** - O disposto neste artigo não impede que os servidores dos órgãos e entidades não mencionados nos incisos I a V laborem em regime de teletrabalho, conforme determinação de seus respectivos dirigentes, bem como não impede a convocação de servidores públicos pelo Prefeito Municipal.

**Art. 6º** - Visando minimizar a exposição ao vírus, de 15 a 31 de março de 2021, todos os empregados e prestadores de serviço, inclusive de empresas privadas, que pertençam aos grupos de maior risco ficam dispensados do exercício de suas respectivas atribuições de forma presencial.

**Parágrafo único** - Para os fins deste artigo, consideram-se como integrantes dos grupos de maior risco os idosos, gestantes, os portadores de doenças cardiovasculares, pneumopatas, nefropatas, diabéticos, oncológicos, pessoas submetidas a intervenções cirúrgicas ou tratamento de saúde que provoque diminuição da imunidade e demais imunossuprimidos.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO**  
**CNPJ Nº 06.460.018/0001-52**

**Art. 7º** - Sempre que julgarem necessário para o cumprimento deste decreto, os servidores da Secretaria Municipal de Saúde e da Vigilância Sanitária, solicitarão o auxílio da Polícia Militar, que têm competência para atua de ofício, inclusive para a aplicação de multas.

**Parágrafo primeiro** – Poderá haver a convocação de servidores de outras secretarias municipais para reforço da fiscalização municipal quanto à proibição de realização de festas e eventos, coibir aglomerações, bem como quanto à obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção.

**Parágrafo segundo** – As pessoas físicas que desobedecerem as regramentos deste Decreto estão sujeitas a pena de multa de até R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) e as pessoas jurídicas no valor de até R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS), a qual poderá ser dosada por dia de descumprimento, podendo, também, ser aplicada a sanção de interdição por 07 (SETE) dias, do funcionamento dos estabelecimentos que descumpram as normas sanitárias estabelecidas para a atividade, ampliando esse prazo para 30 (TRINTA) dias em caso de reincidência, sem prejuízo de nova aplicação de multa.

**Parágrafo terceiro** – Em caso de realização de eventos não permitidos as multas serão aplicadas aos responsáveis pelo evento e também ao proprietário do imóvel, no valor de R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).

**Parágrafo quarto** – Para a fiscalização e aplicação das devidas sanções pela inobservância ao disposto neste artigo, será também utilizada a Guarda Municipal.

**Art. 8º** - Dê imediata ciência à Polícia Militar, à Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária, à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para a observância e fiscalização das medidas elencadas neste Decreto.

**Art. 9º** - Encaminhe-se cópia ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo Municipal, à Polícia Civil e a Polícia Militar, solicitando a estes o apoio ao efetivo cumprimento deste Decreto.

**Art. 10** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Luís Gonzaga do Maranhão, 12 de março de 2021.

**FRANCISCO PEDREIRA MARTINS JÚNIOR**  
Prefeito Municipal